

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O FEMININO NO PODER EXECUTIVO:
AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UBERLÂNDIA 1977 - 1996

MARIA LUISA KNYCHALA

1999

00695-O FEMININO NO PODER EXECUTIVO

Autor: MARIA LUISA KNYCHALA

Trad.: ///

Edit.: DEP.HISTORIA/UFU
UBERLANDIA MG

S.8 (7).

Maria Luisa Knychala

**O FEMININO NO PODER EXECUTIVO:
AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UBERLÂNDIA 1977 - 1996**

**Monografia apresentada à Banca Examinadora
da Universidade Federal de Uberlândia como
exigência parcial para a obtenção do grau de
Licenciatura e Bacharelado em História, sob a
orientação da Profª. Dra. Jane de F. S. Rodrigues**

Uberlândia – 1999

Núcleo de Estudos de Gênero
Pesquisa sobre a Mulher
NEGUEM/UFU

“As mulheres querem se reapropriar dos fragmentos dessa (sua) história sem memória, não para cristalizá-los e fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que façam parte da nossa revolta, nossa experiência, nossos sonhos”.

Elizabeth Souza-Lobo

Dedico este trabalho à Telka, por ter me substituído junto ao irmãozinho; ao Thadeu, pela infância sacrificada com a ausência da mãe.

Agradeço ao Márcio Antônio, pela estabilidade, que proporcionou o término desta etapa.

Introdução

Trabalhar com a História das Mulheres tornou-se necessário para a afirmação das mesmas como sujeitos e não apenas como objeto de toda e qualquer política de desenvolvimento. Somente quando envolvidas diretamente na organização de serviços, em atividades de ação política, poderão sair da participação periférica. Mister se faz a atuação das mulheres na escala pública para desenvolver políticas concernentes às causas próprias.

As secretarias municipais são órgãos políticos representativos do regime democrático. À frente do poder executivo está o chefe do município que escolhe e nomeia pessoas de sua confiança para administrarem as diversas pastas que compõem o poder executivo.

A definição das grandes políticas locais que afeta a maioria da população, não expressa as necessidades vitais de mais da metade dessas pessoas, as mulheres, pela simples razão de que elas não têm qualquer possibilidade de chegar até as instâncias maiores de poder que efetivamente decidem e sequer são informadas de como e porque tais ou quais decisões foram tomadas ao invés de outras. Em discurso perante o Conselho Nacional de Mulheres dos Estados Unidos em Nova York, 5 de abril de 1962, Madame Pandit, representante da Índia, alerta sobre a falta de comprometimento :

“É na política que problemas vitais da nossa existência estão sendo solucionados. Em minha opinião toda mulher deve preocupar-se com a vida política e, por política, não quero dizer apenas votar, quero dizer envolver-se na vida da nação e do mundo. A política deixou de ser um passatempo. É assunto de vida e morte, e não há como nos desviarmos de nossa responsabilidade, senão pondo em perigo tudo aquilo em que professamos crer.”¹

¹ RAYMOND, G. Alison. *A Outra Metade do Mundo*, Rio de Janeiro: Agir, 1967, p.64.

A representação feminina no espaço político é necessária por ser antes de tudo, nível de atuação que se poderia supor, existir a oportunidade para acelerar e introduzir qualquer mudança desejada no processo de socialização das próximas gerações, tanto de homens quanto de mulheres.

Todo um sistema de vida pode ser alterado por alguma decisão de um organismo político. É necessário que a mulher, possa auxiliar na transformação do processo democrático.

O agravamento das condições de vida da população como consequência das políticas governamentais faz com que piore a situação da mulher, em particular, naquilo que lhe é específico, como o número reduzido de oferta de emprego especializado, menores salários, última a ser contratada, primeira a ser demitida, sem garantia de creche ou pré-escola para os filhos.

De modo geral, as últimas vagas no mercado de trabalho são conquistadas pelas mulheres, mesmo assim, com o salário abaixo do mercado, são as primeiras a serem cortadas em caso de demissão, nestes períodos de corte de pessoal, em época de crise.

A mulher precisa muito ainda suprir suas necessidades básicas para, então, poder partir para uma realização mais humana, mais libertadora. A consciência da mulher terá que vir através de um discurso comunicativo, a cada processo de um novo tempo, em uma nova utopia e construir essa nova realidade.

As transformações sociais são construídas ao longo do processo histórico.

Esta pesquisa procura captar a atuação feminina no poder público local, mais especificamente no poder executivo, para, ao lançar um olhar sobre esta área, derrubar barreiras e abrir mais espaços possíveis de participação.

Ao trazer para o contexto local, a História do papel feminino na vida política, acredita-se estar removendo pelo menos alguns entraves. Sobre a representação pública feminina, Raymond afirma:

“As mulheres devem ser duas ou três vezes mais capazes do que os homens para competir com eles. Isto é verdade, em parte, porque a mulher na função pública tem duas ou três tarefas a realizar: a de esposa, a de mãe e a de sua carreira, ao passo que o homem pode controlar seus esforços num só trabalho. Isto sucede em parte porque os homens exigem das mulheres qualificações mais altas do que exigem de outros homens. Querem-nas muito mais amadurecidas, porque confiam muito menos em sua capacidade. As mulheres ainda estarão à prova durante longo tempo, até que alguém se lhes dê oportunidade”².

O reconhecimento da participação feminina na produção pública é o primeiro passo para a sua valorização.

A proposta é a expectativa de ampliar o raio de ação da mulher, realçando sua capacidade através do relato de suas atividades nas secretarias municipais de Uberlândia.

As características de planos de governo distintos poderão recuperar as ambigüidades que se expressam em vozes dissonantes, haja vista que em Uberlândia houve secretária que trabalhou com três chefes de município. É interessante esclarecer que quatro prefeitos nomearam mulheres para as pastas de suas administrações.

A presença da mulher no poder executivo local é mais expressamente sentida em áreas que a responsabilidade feminina recai nos cuidados com o outro. Estão em maior número nas secretarias de Trabalho e Ação Social, de Cultura e Educação.

Às mulheres lhes foram permitidas a participação em funções que são “extensões do lar”. A oportunidade de ação no espaço público valoriza a mulher no sentido de sair de uma micro para uma máxima capacidade de orientar e zelar. No ambiente doméstico ela já

² G. Alison Raymond, op. cit., p.43/44.

lidava com a criação e a educação dos filhos, então a ação do privado para o público foi mera concessão.

Questiona-se a ausência de mulheres em cargos de decisão. É senso comum que à mulher não cabe a participação em áreas que seriam reduto masculino, à mercê de sua capacitação. Ao procurar desmistificar a condição feminina para o trabalho em altos escalões na política, espera-se resgatar este espaço até então negado.

A população feminina em sua maioria continua excluída das fontes de informação, esclarecimento e conscientização, sobretudo devido ao caráter machista da cultura e da herança do patriarcado.

Para desenvolver uma melhor compreensão sobre a abrangência do trabalho feminino nas secretarias municipais em Uberlândia, se faz necessário contextualizar este processo, haja vista que é conhecido que a sub-representação feminina ocorre devido à desigualdade de acesso das mulheres aos recursos econômicos e, um fator fundamental disto é o conhecimento das habilidades políticas.

A herança cultural, segundo a qual diz o ditado que “lugar de mulher é em casa”, limita a atuação feminina, num território onde os homens foram e ainda são maioria, que é o espaço público. A introjeção de tal paranóia faz com que as mulheres se sintam pouco cômodas num mundo de homens. Isto explica a dificuldade da mulher em falar em público, preferindo ter uma ação através de instituições assistenciais, fugindo do intrincado jogo de interesses que domina a política.

A crença de que a mulher deve se ocupar apenas de questões especificamente femininas e de que não lhes cabe discutir política ou posicionar-se politicamente em face do governo, na prática significa renunciar a exercer qualquer tipo de influência sobre o rumo dos acontecimentos políticos, bem ao gosto dos “poderes superiores”.

Esta pesquisa procurará recuperar a experiência histórica de um personagem particular _a mulher_, ao fazer uma reflexão sobre a dinâmica feminina na política.

As mulheres que fizeram parte do poder executivo em Uberlândia, estiveram em sua maioria, endossadas por homens de sua família. As figuras masculinas introjetadas por estas mulheres, de seus pais ou esposos, e o respaldo familiar, deram-lhes a segurança para se pronunciarem. A ligação paternalista abriu-lhes portas, mas ao se disporem, desabrocharam, fizeram carreira política, mas sempre mantiveram a visão profissional à frente dos interesses políticos. Esta posição será abordada a partir das análises do material recolhido.

Dentro do contexto sócio-político-cultural em que atuaram as “premieres” no poder executivo, foi delimitado o corte cronológico a partir da adoção do termo “secretarias municipais”. Assim, este trabalho alcança o ano de 1977 até 1996.

Mesmo ocorrendo com grandes restrições, há mais de duas décadas que a mulher está presente no poder executivo municipal, não obstante o caráter paternalista da mentalidade que permeia a sociedade local. Em 1977, no município de Uberlândia, na gestão de Renato de Freitas, foi nomeada Maria José Bernardes para ocupar a chefia da Secretaria de Finanças, o que foi considerado um grande passo, dada as características conservadoras da sociedade.

Ao optar por este desdobramento da temática, dentro da História Social, que referencia os estudos sobre o cotidiano e as experiências vividas, foi possível a incorporação da História das Mulheres. A multiplicação das formas de fazer e escrever a História, a análise de experiências e também as novas fontes, permitiram a elaboração e desenvolvimento do presente trabalho.

Esta nova perspectiva de abordagem histórica, possibilitou o surgimento da História das Mulheres através do resgate de suas vivências nas esferas pública e privada. A emergência da História Social, devido ao seu foco nas identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos, tornou possível aflorar as questões femininas. Sobre a História Social, delibera Rodrigues:

“A História Social, ao superar a História Política através da grande influência dos Annales e das Mentalidades, ao adentrar nas investigações da vida cotidiana de operários, mulheres e grupos étnicos para recuperar uma História de atitudes, de comportamentos e de representações coletivas, colocou em termos renovadores não só o problema da utilização de inúmeros testemunhos, como também uma nova maneira de produzir a Memória Social.”³

A existência de um campo relativamente novo da História Social proporcionou um importante veículo para a História das Mulheres. Este novo referencial teórico, permite que Histórias criem novas formas e se firmem na historiografia. Segundo Rodrigues:

“Algumas tendências que conferem legitimidade à História das Mulheres, enquanto militante política, é revelada no país desde os primórdios do movimento operário, tendo como objetivo a personalização da luta da classe operária, fazendo da mulher, o sujeito da História.”⁴

Sobre estes iniciais passos da manifestação feminina, é possível encontrar na historiografia, ainda no século passado, as lutas sociais nas campanhas abolicionista, republicana e federalista, no final do século, levaram algumas brasileiras a se lançar na corrente do movimento social. Embora tenham tido um papel pouco relevante no debate político em torno dessas questões, as mulheres chegaram, por exemplo, a criar algumas organizações abolicionistas, tendo como objetivo a personalização do processo anti-escravagista.

³ RODRIGUES, J. F. Silva. “A Árdua Tarefa de Historiar: fontes históricas do Triângulo Mineiro”. Boletim CDHIS/UFU nº09, 1992. Uberlândia.

⁴ RODRIGUES, J. F. Silva. “Perfis Femininos: Simbologia e Representação na Sociedade Uberlandense 1920-58. Tese de Doutorado, USP, 1995, p.13.

No emaranhado da trama das relações sociais entre os seres humanos, nas experiências entre homens e mulheres, um fato que, diuturnamente chama a atenção pela persistência e irracionalidade é o caso da discriminação da mulher.

Este trabalho não se propõe a ser um estudo paralelo do social, do cultural, do político, mas que leve em conta todas estas dimensões. É desde modo que aqui se entenderá a temática, procurando dar ao objeto eleito para estudo, uma explicação global dos fatos humanos, acima de qualquer compartimentação, centrando o eixo dessa explicação nos mecanismos que asseguram a exploração e a dominação dos homens sobre as mulheres.

Neste caso, a História Local irá permitir um redimensionamento do aspecto do próprio papel feminino na política. No período analisado destacaram-se politicamente, a nível nacional, no bojo da transição democrática, Bete Mendes (PT); Ivete Vargas (PTB); Benedita da Silva (PT); Dirce Quadros (PTB); Telma de Souza (PT); Maria Conceição Tavares; Rita Camata, dentre outras, que ficaram conhecidas por suas posições políticas firmes e fortes.

A História Local irá permitir analisar as peculiaridades apresentadas em Uberlândia e corresponder à tradução que o tempo nacional tem no nível local, desfazendo a visão de uma História linear e homogênea.

Analisando a densa estrutura dos acontecimentos locais através de um estudo criterioso das mentalidades, da cultura e dos discursos socialmente construídos, haverá a possibilidade de buscar a repercussão da efervescência que assolava os maiores centros políticos do país neste período.

Para compreender essa dimensão, foi preciso amearhar toda a documentação existente. Ao tentar esmiuçar a História Local, foram utilizadas as fontes oficiais e

inclusive outro tipo de registro, não menos rico, as entrevistas orais. Ao buscar subsídios para este estudo específico, observou-se a inexistência de uma bibliografia secundária sobre o assunto.

A bibliografia de apoio foi a consultada nas áreas de técnicas de pesquisa em História; História das Mulheres; História Local; História Oral; História e Memória; artigos e estudos específicos sobre a mulher na política através do material produzido pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria_CFEMEA.⁵

A utilização das obras dos historiadores oficiais locais, Jerônimo Arantes e Tito Teixeira, auxiliaram porque permitiram perceber a exclusão da mulher, quando não a mencionam enquanto sujeito, em seus trabalhos sobre o município.

As fontes oficiais arroladas constaram dos jornais da época: O Triângulo, O Correio de Uberlândia, Primeira Hora e a Folha de São Paulo. Dados estatísticos do IBGE informaram a população e especificamente, o número de mulheres no município, permitindo uma melhor contextualização.

Atas de convocação possibilitaram a confirmação das nomeações e na seção de Cargos e Salários do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Uberlândia, documentos indicaram o início das atividades das secretárias, assim como a data do desligamento. Com o conhecimento da estrutura orgânica do município nos diversos períodos, tornou-se possível fazer uma tabulação para perceber o percentual de mulheres nas secretarias. Através do orçamento de 1982, foi possível perceber quais secretarias eram prioridades.

Das fontes utilizadas, a que deu forma ao trabalho, foi a coletada diretamente através das entrevistas realizadas com as mulheres que estiveram à frente das Secretarias

⁵ CFEMEA _ E- mail: cfemea@ax.lbase.org.br. ou cfemea@Tba.com.br

Municipais de Uberlândia, que foram de singular valor no que concerne a evidenciar a situação periférica da mulher.

O testemunho vivo de suas vidas, colocando suas credenciais acima de qualquer questionamento, permitiu dar novos contextos, que os documentos por si mesmos, apesar de muito trabalhados, não forneceria.

Dessa forma, o trabalho adquiriu vida por ter pessoas para explicar, para comentar e, _ principalmente para comparar informações _ e, utilizá-las num contexto de costumes e práticas que elas vivenciaram.

Para desenvolver uma visão do personagem feminino na política local, foi levado em consideração a trajetória político-partidária, a ocasião em que se deu a entrada para o serviço público, a idade, merecendo destaque a disponibilidade da mulher, uma vez que estavam liberadas parcialmente do papel de “esposa- mãe”, uma vez que os/as filhos/as estavam maiores, e a profissão.

Lida e fichada toda bibliografia específica, recolhida a documentação fragmentada das secretarias, cujo exercício de busca, foi exaustivo, realizou-se a sistematização do material coletado e procedeu-se a sua análise. Foi observada a coerência entre os planos de ação e os relatórios de fim da gestão de cada secretaria.

Na construção final do texto, o trabalho ficou assim dividido: o primeiro capítulo contém o histórico da luta pelo voto feminino no mundo e no Brasil. Tornou-se necessário esta apresentação da conjuntura nacional visando demonstrar como se deu a ligação do processo municipal dentro desse contexto mais amplo. Foram levantados dados e demais informações sobre a política de cotas e também o histórico da participação da mulher na política brasileira e especificamente em Uberlândia. No segundo capítulo será focado

propriamente as secretarias e suas dirigentes; as posições que ocupavam na sociedade antes de assumirem o cargo; a ligação com os partidos e os prefeitos, e suas realizações.

MULHER E POLÍTICA

O mundo público, sobretudo o econômico e o político, não esteve sempre alijado para a mulher que assumia o controle familiar em outros tempos, em organizações tribais germanas e francas.

Nos primórdios da civilização, o matriarcado ocupava um espaço de atuação similar ao dos homens em conselhos tribais, construções de casas e na guerra, no período pré-feudal. Com a queda do Império Romano, inicia a desestabilização dessa organização que se efetiva com a centralização do estado, a posterior formação de cidades e aparecimento da classe média, quando o domínio patriarcal confunde família com sociedade e, exclui as mulheres do político.

Na Idade Média, o envolvimento dos homens em atividades de guerra, oferece às mulheres a oportunidade da participação ativa nos negócios de família como contabilidade e legislação. Como elas, crianças e idosos não enfileiravam as frentes de batalha, a força de trabalho feminina nas corporações de ofício concorria com a masculina, o que conferia às mulheres hostilidade por parte deste segmento e, não, o prestígio social, como era de se esperar.

No período renascentista a posição da mulher sofre um retrocesso com o afastamento da vida pública pela valorização do belo, que é próprio desse momento. Justamente quando o trabalho é elevado a uma condição de transformação do mundo, o trabalho da mulher passa a ser depreciado por sua condição feminina.

Com a redução de sua participação nas corporações de ofício, fechando-lhes outras profissões, com os direitos diminuídos e a proibição da entrada na universidade, ocorre a

apropriação da produção científica-artística das mulheres da classe média pelos homens que a cercavam, como pai, esposo, irmãos ou filhos.

Rompendo a relação família/propriedade, a mulher penetra no mundo contemporâneo adentrando o mercado de trabalho com salários inferiores, como condição da formação de lucro, propriedade do regime capitalista no mundo ocidental. A exploração da força de trabalho feminina e juvenil proporcionava uma alta taxa de mais valia sem prejuízo para a produção.

Analfabetas e banidas do espaço público, as mulheres passaram a lutar por educação e por mais expressividade, fundamentadas no princípio da igualdade. Procurando criar condições de reconhecimento de seu papel na sociedade, inicia os primeiros protestos pautados na Declaração de Independência da América do Norte que estipulava igualdade para todos os cidadãos do sexo masculino. Nascia na América uma democracia que excluía mulheres, negros e índios.

Na Inglaterra esta luta se inicia principalmente a partir da década de 1860, com o economista John Stuart Mill eleito para o parlamento e apresentando inúmeras petições em favor do voto feminino.

Na França o processo revolucionário torna irreversível os avanços rumo à transformações históricas sem precedentes, quando ativa a participação das camadas populares, em especial, as mulheres, que reivindicam direitos econômicos e políticos.

É a partir da Revolução Francesa, em 1789, que as mulheres passaram a atuar na sociedade de forma mais significativa, exigindo melhores condições de vida e trabalho, participação política e igualdade de direitos entre sexos, o que resultou na Declaração dos Direitos das Mulheres. Cabe aqui ressaltar o seu artigo nº 10:

*“A mulher tem o direito de subir ao cadafalso. Deve ter também o direito de subir à tribuna.”*⁶

Nesta época surge o nome de Olympe de Gouges, francesa, que lança esta “Declaração dos Direitos da Cidadã” sendo guilhotinada em 1793 por incitar o sexo feminino “a buscar o que lhe é direito”. A partir desse ano, na França, proibiu-se todo e qualquer tipo de associação feminina.

Na segunda metade do século XVIII, as grandes transformações ocorridas no processo produtivo e que resultaram na Revolução Industrial, trouxeram consigo uma série de reivindicações até então inexistentes.

A luta das mulheres na consolidação do modo de produção capitalista se caracteriza pela interação do feminismo com a luta de classes. As mulheres passam a ser mais diretamente exploradas como força de trabalho nas fábricas, não tardando a emergir lideranças operárias dispostas a exigir direitos. A luta das mulheres ocorre tanto a nível de trabalho, requisitando salários iguais, como a nível de cidadania, pelo direito de votar e ser votada.

Uma grande conquista do século XIX foi o sufrágio universal, eliminando o voto qualificado por renda, mas não ainda para as mulheres, pois não incluía o sufrágio feminino.

A princípio, o sufrágio universal só se referia aos homens e, a própria França, pioneira das reivindicações, tardou em assegurar direitos iguais aos sexos:

“La France, qui avait été la grande initiatrice du suffrage universel, est aujourd'hui en retard, puisqu'elle n'a pas encore admis le vote des femmes,

⁶ LIMA, Rosah R. M. “A Mulher na Constituição Brasileira e o Sistema dos Países Americanos”, Revista Forense, S.P., vol.163, nº 631/632, pp. 419 a 444. Jan/fev. 1956.

que l'Angleterre et l'Allemagne, venues après elle au suffrage universel, pratiquent depuis 1918-1919".⁷

Nos Estados Unidos as manifestações organizadas em prol da libertação feminina ocorreram juntamente com a luta contra a escravidão. Foi através da Constituição do Estado de Wyoming, a primeira a conceder o voto à mulher, em 1869 e, após 15 anos outros estados da América do Norte outorgaram também a igualdade de direitos. A célebre emenda 19 pôs término às contradições estabelecidas na Carta Constitucional e dispôs que nem os Estados Unidos, nem outro Estado, poderiam negar, por motivo de sexo, o direito de sufrágio aos cidadãos dos Estados Unidos.

O movimento brasileiro descende diretamente dessas lutas americanas e do movimento inglês, se estendeu por três gerações.

A guerra de 1914-1918, exigindo a cooperação da mulher e, mais do que tudo, necessitando basicamente dessa, foi a mola propulsora de generalização da conquista que, já em 1892, se havia iniciado em Nova Zelândia.

No cenário europeu, a Constituição da Albânia, de 1946, no art.14, confere igualdade de direitos políticos dos sexos, concedendo a ambos não só o direito de tomar parte nas eleições, como de ser eleitos. Também a Constituição da Bulgária, de 1947, considera a mulher absolutamente igual ao homem em todos os setores, inclusive no político. A Dinamarca, em sua Constituição de 1920, fixa a paridade de direitos políticos entre homens e mulheres. Assim, de forma geral, a maioria dos países civilizados consagrou a igualdade política, no pós IIª Guerra.

⁷ R. Lima, op. cit. pp.434.

No continente americano, a Constituição do Uruguai, de 1951, acentuadamente progressista, fixa, igualmente a paridade dos sexos, garantindo à mulher sua liberdade política e econômica, assim como Cuba.

No Brasil, assim era a situação, descrita por Branca Moreira Alves:

*“O desprezo pela educação feminina abrangia todas as classes sociais, não se diferenciando muitas, em analfabetismo, a senhora da escrava. O primeiro passo, portanto, estava na educação. Diante do enorme obstáculo oferecido pela ignorância das mulheres, que vinha reforçar ainda mais seu isolamento e as limitações de sua vida, voto e a participação política não teriam sentido. Era necessário primeiro tirar-lhes as vendas dos olhos, para que depois pudessem reivindicar seus direitos políticos e jurídicos”*⁸.

No Brasil, a partir de 1850 surgiram as primeiras organizações de mulheres que lutavam pelo direito ao voto e à instrução. Depois de longo silêncio, a voz feminina manifestava-se na boca e na pena de Nísia Floresta (1809-1885), abolicionista, republicana e feminista, nascida no Rio Grande do Norte e ardorosa defensora da educação feminina que denunciou a ignorância em que era mantidas as meninas. Protestou contra a condição de dependência em relação aos homens, criada pelo desprezo com que era vista a educação das mulheres. Também com o intuito de emancipar a mulher, foi fundado na Bahia, em 1852, por Violante Bivar e Velasco, o primeiro jornal dirigido por mulheres. Igual atitude com o lançamento de um jornal, em 1873, teve a professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz no município de Campanha, Minas Gerais.

Embora a mulher brasileira de uma forma geral não tenha tomado parte ativa nas transformações políticas, econômicas e sociais que caracterizaram o final de século XIX,

⁸ ALVES, Branca Moreira. *“Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil”*, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 89.

sua condição aos poucos foi se modificando. Porém, nenhuma mudança social ocorre sem que a sociedade tenha já caminhado no sentido de possibilitá-la.

Em Minas Gerais, na comarca de Minas Novas, em 1905, três mulheres se alistaram e votaram: Alzira Vieira Ferreira Neto, mais tarde formada em Medicina; Cândida Maria dos Santos, professora em escola pública, e Clotilde Francisca de Oliveira.

O movimento sufragista nacional surgiu assim, com reivindicações isoladas e, de forma indireta, as eleições de 1910 já contavam com a participação feminina quando um dos candidatos à presidência, Rui Barbosa, conclamou as mulheres a interferirem à seu favor.

A nível local, nas eleições indiretas de 1910, dois grupos políticos se degladiavam na pessoa do Cel. José Teófilo de Carneiro pela facção do Mal. Hermes da Fonseca e na do Cel. Severiano Rodrigues da Cunha pelo candidato Rui Barbosa, ocorrendo reflexos de maneira indireta na justaposição feminina das duas famílias. Despontaram as figuras de Anna Carneiro e Alexandrina Cunha, sendo as mesmas envolvidas nas articulações políticas dos dois grupos, a partir do momento que ambas passaram a acompanhar os maridos.

Outras feministas lutaram em seus estados pelo reconhecimento dos direitos da mulher. Em meados de 1910, Myrtes de Campos, primeira mulher a pertencer à Ordem dos Advogados e a professora Leolinda Daltro, fundadora Partido do Republicano Feminino, ressuscitaram no Congresso o debate sobre o voto feminino, que desde a Constituinte de 1891 havia sido esquecido. Apoiadoras do Partido Republicano Mineiro foram Onita Vilela e Blanda do Egito, entre outras, no município de Uberlândia, na década de 30.

O movimento que se delineou entre 1910 a 1920, levou a luta pelo voto e até o final teve um caráter restrito em termos de número de participantes.

A mulher brasileira dos anos que precederam a Primeira Guerra estava ainda muito próxima do estilo de vida da época colonial, fechada em seu ambiente, sem que pudesse tomar consciência de sua condição inferiorizada, e da necessidade de lutar para superá-la.

Em 1918, a brasileira Bertha Lutz publica uma carta de denúncia, a exemplo de tantas outras, nos mais diversos cantos do país e, em 1922 organiza a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. O ano de 1928 elegeu a primeira prefeita da História do Brasil, Alzira Soriano de Souza, no município de Lages, Rio Grande do Norte.

Assim, a atmosfera em que as feministas da década de 1920–30 atuavam, havia mudado o bastante para que tivessem trânsito mais fácil junto aos políticos e para a divulgação de suas idéias.

Em 1932, o governo Getúlio Vargas, através do Decreto nº 21.076, promulga o novo código eleitoral, garantindo o direito de voto às mulheres brasileiras. Nas eleições de 1933, convocadas para a Assembléia Nacional Constituinte, foi eleita Carlota Pereira de Queiroz, primeira mulher deputada. Em toda a História da República, houve 83 deputadas federais e seis senadoras. Elas correspondem a 0,88% dos parlamentares homens e tiveram 5,56 milhões (ou 1,25%) dos cerca de 298 milhões de votos dados aos integrantes do Congresso Nacional desde então.⁹

Em Uberlândia, o Juiz de Comarca de Uberabinha, permite o alistamento eleitoral feminino já em 1928. Nomes femininos locais tiveram responsabilidade sobre este fato histórico, como Maria de Freitas, correspondente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que se ocupava da divulgação dos princípios do feminismo e dos avanços do direito ao sufrágio das mulheres. Outras feministas locais, Atala de Oliveira e Alice Paes

⁹ Folha de São Paulo, 21/12/97.

participaram do I Congresso Feminino de Minas Gerais, em 1931 e constituíram a Legião Feminina Mineira, trazendo para a região os avanços do processo feminista.

Em 1945, ocorre a fundação do Partido Comunista Brasileiro em Uberlândia, quando esteve presente Luís Carlos Prestes, Graciliano Ramos, Rui Santos e muitos outros. Nomes femininos locais endossaram o Comitê Municipal do P.C.B., como Aparecida Cardoso, Lourdes Saraiva, Maria Souza, Olívia Calábria, Amélia Mineiro e Irma Gouvea de Paiva.

Partidos políticos surgiram, como o Partido da Representação Popular, em 1946, composto pelas uberlandenses Adelina Bernardes, Ana Lomônaco, Maria Oranides Crosara, entre outras. No mesmo ano, uma ala da União Nacional Democrática, teve na presidência Maria A. de Castro e as militantes Thaís Masini, Zilmar de Freitas e Laís Masini.

O pleito de 1954 elegeu Maria Dirce Ribeiro em 6º lugar entre 15 candidatos e, 2º na legenda do Partido Social Progressista. Esta “premier”, que fez sua campanha com cartas manuscritas dirigidas às famílias locais, fazia parte do serviço público desde 1939, quando trabalhou com o prefeito Vasco Giffone. Para se eleger lançou como frente de trabalho, propostas para a educação e para o plano de cargos e salários dos funcionários públicos.

Foi organizado o I Congresso Feminino de Uberlândia, em 1951, pela Organização Feminina de Uberlândia, que contou com a participação de 500 militantes e a intervenção da polícia local com o aprisionamento de Olívia Calábria e Lucila Soares Rosa, que se mantiveram em cárcere em Belo Horizonte.

As campanhas locais eram em prol da educação e contra a carestia. Organizavam-se em associações de bairros e comitês populares exigindo do poder público o saneamento básico devido.

O P.T.B. teve na direção local, em 1958, a advogada Lucy de Oliveira Teles. Posteriormente, em 1958, houve alguma manifestação feminina, na ala feminina do P.S.D.

No cenário mundial, a mais alta representação feminina, data de 1953. Foi nos Estados Unidos, na gestão do presidente Eisenhower, com Ivy Baker Priest, nomeada tesoureira da nação. Mulheres ocupavam postos de direção também no Chile, Cuba, Israel, Nova Zelândia, Panamá, Suécia e Reino Unido.

Nos anos 70 e 80 as Nações Unidas declaram o período 1975-1985 como sendo a década da mulher e importantes conquistas sociais e políticas acontecem.

No mundo todo, as mulheres começam a se organizar em grupos de defesa de seus interesses e tornam-se membros mais atuantes das lutas gerais de toda uma sociedade pela obtenção de conquistas sociais mais amplas.

Tanto na França, quanto nos E.U.A. o número maior de eleitores já em 1948, era feminino. Por volta da metade do século, a Inglaterra contava com 6 deputadas eleitas pelo Partido Conservador. No ano de 1952, o estado de Minas Gerais tem 18 vereadoras e uma mulher é eleita vice-prefeita na cidade de Jequitinhonha.

Para se ter uma idéia do avanço da luta feminina em termos globais, quando o Brasil contava com uma primeira deputada, na Itália havia 43 mulheres na assembléia constituinte e a Índia tinha 33 deputadas.

No Brasil, nos anos 70, as mulheres iniciam o movimento pela anistia aos presos e exilados políticos, criam movimentos contra a carestia, passam a ter maior controle sobre a reprodução, vão em peso trabalhar fora e tornam-se participantes ativas das campanhas

contra a violência. Com o fim do regime militar e o advento da Nova República, as mulheres organizam-se em torno das campanhas eleitorais e no processo institucional da criação de Conselhos e Delegacias de Mulheres.

Somente em 74, é que aparece uma mulher ativa no cenário político local, mais propriamente no poder legislativo. Nilza Alves de Oliveira é eleita vereadora pelo PMDB local. Com o início do processo de “abertura política”, a partir de 1979, e ainda com a anistia, que, embora restrita, permitiu a divulgação e o esclarecimento em torno de acontecimentos históricos que até então tinham ficado na penumbra. Esta luta pela anistia foi um ponto de convergência entre todos os segmentos oposicionistas, que conquistaram suas primeiras vitórias com a assinatura da Lei da Anistia, em 79, apesar de não ser ampla e irrestrita.

O presidente João Figueiredo assume o cargo comprometido na realização da “abertura”, para permitir o estado de direito ao país, ocorreram eleições para todos os níveis em 1982, quando 48 milhões de brasileiros vão às urnas.

Com o fim do AI-5, a libertação dos presos políticos, eleição direta para governadores, o governo Figueiredo foi marcado também por uma brutal recessão econômica, que provocou um rebaixamento no salário, desemprego e uma total desilusão com o regime inaugurado em 1964.

Os anos 80 caracterizaram uma “cidadania emergente” de mulheres, construída a partir de três correntes distintas: a prática das mulheres nos movimentos; os discursos sobre a dignidade, elaborados nos movimentos populares e, os discursos feministas. Porém o gênero da representação permanece masculino e a representação das mulheres na vida pública permanece periférica.

Apesar dessa participação periférica, contudo, ainda assim, este período ficou marcado como o mais rico e representativo da mulher na política local, sobretudo por corresponder a um momento de efervescência econômica, política e social, cunhado por acontecimentos significativos para o país, como o movimento pelas “diretas já”, a promulgação da nova constituição e a afirmação da democracia.

A efervescência começa a se tornar visível no governo Geisel, onde várias entidades se reuniram preocupadas com o restabelecimento do estado de direito e por um processo de redemocratização mais rápido, além da tentativa de reorganização da UNE e pelos primeiros movimentos de massa de trabalhadores no ABC paulista.

Explica-se, portanto, o apoio de uma grande massa que se imobilizou a partir de 83, para lutar pelas eleições diretas para a presidência em 1985. Esta campanha percorre todo o país tendo uma grande aceitação popular, entretanto a emenda que pedia as eleições diretas é derrotada. Tancredo Neves concorre ao Colégio Eleitoral, pela oposição e vence, porém sofre problemas de saúde um dia antes de sua posse e vem a falecer, retirando as esperanças de um Brasil novo.

Em seu lugar assume José Sarney, governando um país em difíceis condições, com a maior dívida externa do mundo, a maior recessão de sua História e a mais alta taxa de desemprego. As próprias organizações feministas não podiam ampliar o volume de informações para sua socialização política.

Neste contexto político-sócio-cultural, a nível local, se dá o momento histórico da nomeação da primeira mulher para a chefia de uma secretaria municipal, em Uberlândia.

SECRETARIAS FEMININAS: “EXTENSÕES DO LAR”?

Na História de Uberlândia, de 1888 a 1967 passaram pela administração Municipal, 21 prefeitos. De 1967 a 1982 intercalaram os prefeitos Renato de Freitas e Virgílio Galassi na chefia do município. Dez anos após o início do primeiro mandato de Renato de Freitas foi nomeada oficialmente Maria José Bernardes¹¹ para ocupar uma Secretaria em Uberlândia, na data de 1º de fevereiro de 1977. Embora fizesse parte do quadro de funcionários da prefeitura desde 1957, somente nesta data foi admitida com esta denominação para o cargo.

É necessário esclarecer que a estrutura orgânica do município de Uberlândia somente admitiu o termo “Secretarias” para as pastas que compunham a administração do município, com a lei 22.15 de 09.03.73, quando surgiram oficialmente, três Secretarias: a Secretaria de Administração, a de Finanças e a de Obras. A estas Secretarias, outras foram adicionadas com a deliberação de novas leis, havendo uma flutuação do seu número por todo o período pesquisado. Quando algumas eram criadas, outras se desmembravam e novamente se fundiam, ou ainda tiveram seus nomes alterados.

A secretária Maria José Bernardes sempre esteve à frente do setor financeiro da prefeitura desde a sua admissão, como Chefe da Seção de Lançamento e ininterruptamente em sua carreira, esteve nos cargos de Chefe de Serviço da Fazenda, Chefe do Serviço de Cadastro e Lançamento, Diretora do Departamento de Fazenda, Secretária Municipal da Fazenda e Secretária Municipal de Finanças.

Efetivamente, portanto, de acordo com a determinação desta pesquisa de abranger exclusivamente os cargos de Secretaria, o que, inclusive determinou o corte cronológico do

trabalho, a primeira Secretária Municipal foi empossada em 1977. Maria José Bernardes permaneceu na direção da Secretaria de Finanças até 1983, quando por esta ocasião existiam 8 Secretarias, havendo mais uma mulher ocupando uma pasta administrativa.

Nomeada pelo prefeito Virgílio Galassi, Terezinha Aparecida Magalhães de Lima esteve primeiramente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de 18.12.1980 a 30.01.1983, posteriormente, a mesma foi desmembrada em Educação e Cultura, tendo Terezinha ocupado a de Cultura na gestão 89/ 92.

Na Secretaria de Educação e Cultura Terezinha Magalhães esteve, juntamente com sua equipe tentando mapear as dificuldades do setor e erradicá-las da melhor forma possível. Formada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, casada com um catedrático em Medicina Odontológica, pela Universidade Federal de Minas Gerais, a secretária foi convidada aos 42 anos para trabalhar com o prefeito Virgílio Galassi, pelos seus anos de contribuição às escolas locais, tendo se dedicado ao extremo na formação do ser humano. Um exemplo de que não havia barreiras para o cumprimento do que se predispusesse a fazer, chegou até mesmo a dirigir uma carroça para dar assistência às crianças do bairro Saraiva.

As prioridades do governo local sempre foram voltadas para construir uma imagem de uma cidade progressista, com grandes e monumentais obras, assim demonstrado no orçamento para o ano de 1982: 11,6% - Gabinete do Prefeito; 12,2% - Sec. Municipal de Governo; 48,4% - Sec. Municipal de Obras; 11,6% - Sec. de Serviços Urbanos; 6,8% - Sec. Mun. de Educação e Cultura; 1,1% - Sec. Mun. de Ação Social e Saúde.

Por este demonstrativo fica claro que, saúde, educação, cultura e ação social não faziam parte das prioridades administrativas.

¹⁰ A Secretária Municipal Maria José Bernardes não concedeu entrevista por estar bastante abalada pela perda

O quadro político municipal alterou-se sobremaneira a partir das eleições de 1982. Delas saiu vitoriosa a proposta de uma nova prática democrática de gestão do poder público, baseada na chamada “democracia participativa”. Com isto, os segmentos até então excluídos do processo político foram estimulados a se organizarem para participar de suas decisões.

Este trabalho resultou no período mais rico e representativo da mulher na política local, sobretudo por corresponder a um momento de efervescência econômica, política e social no país.

O recém empossado à Prefeitura de Uberlândia, Zaire Rezende, promoveu a reforma administrativa e, em setembro de 1983, logo que foi aprovada na Câmara Municipal e sancionada a lei, adotou a proposta de ação e socorreu a cultura e a memória histórica, com a criação da Secretaria da Cultura que foi instalada em setembro de 1983.

Com a desvinculação da Secretaria de Educação e Cultura, empossou na Secretaria de Cultura, Iolanda de Lima Freitas, em 1º de fevereiro de 1984 que a geriu até 31 de dezembro de 1988. O convite foi feito por Zaire Rezende para ocupar o cargo, por indicação de amigos que já estavam em outros cargos e por correligionários políticos do prefeito. Apesar da indecisão inicial em aceitar a proposta, Iolanda de Freitas declarou ter sido um momento muito feliz, os 5 anos em que trabalhara na Secretaria Municipal de Cultura.

Em entrevista com Zaire Rezende, este assim justificou a nomeação de Yolanda:

“Nós nos propusemos a construir uma democracia. Democracia participativa, ou seja, uma democracia aberta para todos poderem participar e uma democracia onde o povo pudesse ajudar a construir seu próprio destino...Daí porque achamos importante a participação das mulheres no secretariado durante a

nossa administração em Uberlândia. E eu até diria que as mulheres que estiveram no governo fizeram um trabalho excelente.”¹¹

Todas as espécies de dificuldades foram enfrentadas na instalação pela secretária, desde o local até a elaboração do projeto específico de trabalho, apêndice que era da Secretaria de Educação.

A opção foi pela formação do Conselho Municipal de Cultura que seria constituído de equipes de trabalho que, por sua vez, se responsabilizariam pela Biblioteca, Divisão de Patrimônio Histórico e Divisão de Cultura.

Para elaborar devidamente o projeto da Secretaria, procurou-se estabelecer concretamente uma diretriz de democratização das informações da área e reestruturar a política de atuação dos órgãos oficiais de cultura através de conferências e debates com personalidades de todo país.

O programa de conferências constou de uma série de quatro encontros anuais consecutivos. O I Encontro “Cultura e Poder no Brasil” foi aberto com a palestra “A Constituinte e a Cultura” pelo diretor presidente da Fundação Cultural de Curitiba e Maria Erlinda Cassab Parelloci, na época secretária Municipal de Cultura de Campinas, que deu sequência aos debates. Salientamos estes nomes de projeção nacional, para se ter idéia da dimensão que estes encontros tomaram e em que bases os projetos da Secretaria se pautaram.

Após buscar nas experiências de outros órgãos subsídios para implantar a Secretaria, a iniciativa foi adequada para atender as necessidades locais. Em Uberlândia existia vários grupos de valor cultural, esperando um momento para conseguir se

¹¹ Entrevista com Zaire Rezende, realizada em 04/03/99.

manifestar e, esta oportunidade, finalmente havia chegado, com o projeto participativo e através das mãos de uma mulher.

Já em outubro de 1984, acontece o VII Festival de Arte com exposições de arte infantil, artes plásticas e fotografias. A Jornada de Letras da U.F.U. contou com a palestra de Nélida Piñon. O VIII Festival de Artes ocorre no ano consecutivo, tamanho o sucesso do anterior com o apoio da secretaria. A cultura mineira foi prestigiada através do projeto especial “11 dias de Arte Mineira”, em agosto de 1985.

Em novembro desse mesmo ano, realizou-se o 1º Encontro Nacional “Negro, Cultura e Constituinte”, sendo este o início de uma série de conferências com grandes expoentes da cultura nacional, com autoridades e patrocinadores da cultura, esquentando os debates nas mesas-redondas. Esta troca de experiências e expectativas foram de imensa importância para Yolanda de Lima que relatou sobre o apoio irrestrito que teve na criação da Secretaria e também na valorização das mulheres que constituíam o poder executivo na gestão do prefeito Zaire Rezende. Segundo Yolanda, a metodologia de trabalho usada pelo prefeito Zaire Rezende que permitiu a respeitabilidade entre os sexos, era a seguinte:

“... na reunião geral a gente era muito respeitada, não sei se pelas pessoas que eram, Niza e eu, a gente era muito respeitada pela valorização que o próprio prefeito dava à mulher às vezes, teve alguma vez que era para discutir orçamento. O orçamento era participativo, era tudo discutido, então às vezes tinha uma sugestão de um colega menos, acho que menos valorizava a cultura do que o próprio Dr. Zaire, então falava “Tira da Cultura”, mas a hora que falava “Tira da Cultura” eu também engrossava a voz e falava “Não da Cultura não sei não, nós já temos um orçamento mais ou menos pequeno” ... tinha respaldo, podia às vezes ter que engrossar a voz um pouquinho, bater na mesa. Mulher tem também que falar forte, firme e bonito¹².”

Com toda competência e profissionalismo, Iolanda de Lima soube defender com

¹² Entrevista com Yolanda de Lima, realizada em 02/12/98.

determinação o que lhe foi confiado. Ela acredita que a mulher tem competência para participar mais efetivamente da administração pública:

“Quando ela está disposta a ir à luta, vai à luta ... não sei se é por necessidade de competir, mas quando ela vai à luta, ela vai prá valer. Eu acho que falta da parte da mulher mesmo esta disponibilidade de ir a luta e falta da parte do poder executivo é um reconhecimento pela competência da mulher. Eu acho que jamais devemos pensar em lutar contra o homem para assumir cargos, eu acho que nós devemos lutar, lado a lado, mostrar nossa competência, nossa força de vontade, o nosso empenho é realizar obras, projetos que demonstrem esta competência.”¹³

Consultada sobre a maior participação da mulher em cargos de chefia, a secretária considera que tem Secretarias muito pesadas por ter uma verba muito grande, mas que, quer seja um homem ou uma mulher, seria sempre uma pessoa de confiança a partir do momento que foi convidado(a) para o cargo. Neste momento lembra-se que a Secretaria de Ação Social tinha uma verba grande e era bem administrada por uma mulher, Niza Luz.

Quando indagada se realizou todos os projetos durante sua gestão, respondeu:

“Olha, meu pai dizia que para sonho não se deve ter economia. Evidente que a gente sonhou mais do que realizou, mas eu acho que para uma primeira gestão e fazer o que nós fizemos, deixar uma Secretaria organizada, com organograma terminado, com todas as divisões, seções funcionando normalmente, com todo o trabalho que a biblioteca Municipal desenvolveu, quando nós passamos de uma seção para uma divisão. Trabalhávamos com 3 divisões: Biblioteca, Patrimônio Histórico e Divisão de Cultura. Cada um com suas seções, então isso dava muita força para os liderados porque por sua vez lideravam a outros e faziam todas as divisões faziam tudo conforme eu disse, dentro do processo democrático, fazendo reuniões ouvindo os colegas entre si, ouvindo os usuários, porque a gente estava, eu dizia sempre para os colegas, “quem paga nosso salário é o povo então esse povo merece ser bem tratado e atendido na medida do possível”, então todos os nossos projetos fora, eu acho que foram executados, evidente que mais projetos teríamos, mas infelizmente o dinheiro era curto, não era suficiente para realizar tudo o que a gente quer.”¹⁴

¹³ Entrevista com Yolanda deLima, realizada em 02/12/98.

¹⁴ Idem.

Com o desmembramento da Secretaria de Ação Social e Saúde houve espaço para mais uma mulher no poder executivo Municipal. Foi assim que Niza Ribeiro da Luz¹⁵ veio a ser empossada em 1º de fevereiro de 1984 para o cargo de secretária Municipal do Trabalho e Ação Social.

Niza Luz é formada em Serviço Social, especialista em Administração Hospitalar e mestre em Administração Pública para Universidades, título alcançado em 1982. Casada com um médico, professor da U.F.U. e ela própria funcionária administrativa desta instituição desde 1976. Integrada ao quadro de professores daquela instituição em 1980, desenvolveu um trabalho sobre medicina comunitária, retirando o professor e o aluno da sala de aula, levando-os mais próximos da comunidade e criando as U.T.As._ Unidades Táticas Avançadas. Foi catedrática na cadeira “Preventiva e Comunitária II” e “Administração Hospitalar”, orientando o futuro médico na parte burocrática da profissão.

O convite para a Secretaria veio aos 44 anos e o que a moveu a aceitar o cargo foi a possibilidade de atuar profissionalmente e não politicamente, e poder desenvolver um trabalho sério dentro da democracia participativa. Organizou, assim, inicialmente sob esta influência, inúmeras associações de moradores, movimentos de mutuários, conselhos comunitários, articulações de entidades de bairro, grupos populares de estudos políticos e movimentos de mulheres. Segmentos da população até então excluídos do processo político teriam oportunidade de participar das decisões.

Dentre os projetos desenvolvidos, o que atendia à causa feminina foi o Programa de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher. O 1º Encontro Regional “A Mulher na Constituinte” foi aberto pela deputada Ruth Escobar e presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Dentro do mesmo programa foi promovido um encontro com a

¹⁵ Vice-prefeita na gestão 1996/2000.

deputada Federal Benedita da Silva. Com esta visão atual das necessidades femininas, o governo Zaire Rezende inaugurou a Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher, projeto da vereadora Nilza Alves.

Para dar assistência ao menor a Secretaria instituiu o Comitê Municipal para o Trabalho do Menor. Para atender ao fluxo extraordinário da população, devido ao fato do município estar em uma localidade que favorece o aumento das correntes migratórias, a Secretaria de Trabalho e Ação Social dividiu as incumbências de locar este excedente com a EMCOP, órgão administrativo do município criado exclusivamente para as questões de habitação. Para isso, a Secretaria criou o Programa de Habitação Popular e dentro dele os projetos Uberabinha-Esperança e o projeto de lotes urbanizados do distrito de Tapuirama.

Foram desenvolvidos programas de apoio à Organização Social e Comunitárias; ao Trabalho e Assistência ao Trabalho; à Criança de 0 a 6 anos; de Creches Comunitárias existentes e implantação de novas; de Planejamento Pedagógico para as Creches Comunitárias e à Crianças e Adolescentes de Sete a Dezesete anos, incluindo os programas do Centro Comunitário Jardim Brasília e de Apoio à Pessoa Deficiente.

Uma grande preocupação da secretária Niza Luz foi a educação infantil. Criou as primeiras creches do município, chegando a um total de 60 unidades. Conseguiu reunir toda a verba esparsa que algumas creches recebiam do convênio com a L.B.A. e fez com que a prefeitura de Uberlândia complementasse e assumisse a manutenção dessas instituições.

Niza Luz denuncia o poder legislativo pelo repasse de verbas para as entidades de cunho assistencial, e propunha que para esta espécie de atendimento deveria haver um estudo prévio das reais necessidades. Para isto, criou um Conselho esperando acabar com estes repasses indevidos.

Com avanços e recuos, acertos e equívocos, o cenário era politicamente rico, com possibilidades de avanço real para o movimento popular. Embora houvesse setores bem intencionados nos seus propósitos de fortalecer o movimento e organizá-lo segundo uma perspectiva combativa e de luta em defesa dos interesses populares, o que se conseguiu no período, foram movimentos democráticos pela metade, que numa prática estreita de grupos e/ou favorecimento de concepções partidárias, mantinha uma postura preconceituosa e sectária em relação à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

Niza Luz esteve presente por três gestões nesta Secretaria que ajudou a instalar, podendo desenvolver um trabalho sério, o que o fez com muita competência.

A secretária defende um governo com 50% de participação feminina por considerar as mulheres menos corruptíveis e bastante capacitadas, embora sinta que é muito pouca esta participação hoje:

“ Ela (a mulher) tem que se preparar. Eu acho que a primeira coisa é através da educação ela tem que estar preparada para assumir qualquer cargo, agora ela tem que ir a luta e deixar de ter medo, porque nós temos muito medo, porque nós temos muito medo ainda de assumir muita coisa, o medo da responsabilidade essa questão da mulher é muito mais vigida, como é que a sociedade vê a mulher nos pontos altos aí, trabalhando com homens, então isso ainda, existe um certo tabu e que acho, que a mulher é temerosa ainda. Ela as vezes deixa de aceitar alguns cargos, ou por insegurança, medo de não saber, de não ter ainda... Então ela tem de esquecer tudo isso, ir a luta e deixar o medo de outro lado, porque ela é capaz. Ela tem de sentir aí, a questão da auto, superação. Ela tem de superar os medos. Ela tem de adquirir a confiança, isto porque eu acho que todas as mulheres, que são preparadas nas áreas em que elas podem atuar, eu acho que elas têm condições de atender, igualmente a um homem, em qualquer setor.”¹⁶

Niza Luz foi fundadora a nível nacional e municipal do partido PSDB. Em 100 anos do município, foi a primeira mulher candidata à prefeitura de Uberlândia, inclusive quando

¹⁶ Entrevista com Niza Luz, realizada em 12/12/98.

a cidade fez 100 anos, em 1988. Derrotada, saiu do partido e se inseriu na gestão do candidato vencedor, dando continuidade ao trabalho na Secretaria.

Para a gestão Virgílio Gallassi, onde ocupou o cargo de dezembro de 1991 a janeiro de 1993, resolveu que não bastava aplicar recursos em soluções recorrentes, assistencialistas e paternalistas. Mais do que nunca a Secretaria enfrentou o inchamento populacional face a uma enorme propaganda veiculada na mídia nacional, pelo caráter progressista da administração.

Niza Luz apresentou uma proposta de criação da Fundação de Desenvolvimento Comunitário- FUNDECOM. Para sua implantação, a Fundação recebeu crédito especial no valor de noventa e cinco milhões de cruzeiros, de acordo com a lei complementar nº 37 e sancionada pelo prefeito em 04.09.92. Este órgão foi criado para maior autonomia do poder executivo e para que isto se desse, foram firmados convênios com a Secretaria de Estado e Ação Social, através de seu diretor presidente, Arlindo Porto Neto, em 14 de outubro de 1992, com um repasse inicial de verba no valor de quatrocentos e trinta e quatro milhões de cruzeiros, visando atender inicialmente aos bairros Lagoinha e 1º de Maio; a micro-unidade de Fiação e Tecelagem e a micro-unidade de produção de laticínios.

Niza Luz justificou a intenção de dar continuidade ao trabalho na Secretaria de Trabalho e Ação Social, ao ser convidada novamente para dirigi-la :

“Voltei para a Secretaria por causa da questão profissional que eu achava importante demais. Fora você não consegue fazer nada, você critica e critica mas não consegue fazer, desenvolver nada. Aí eu voltei, fiquei mais dois anos, criei inclusive a Fundação do Desenvolvimento Comunitário em 91. Eu fiquei até 89, fiquei dois anos fora, voltei em 91 até 94 quando o Ferola entrou. Aí eu fiquei com o Ferola de 94 até 96. Então eu fiquei com três prefeitos diferentes. E todos eles, engraçado que cada um imprime realmente o seu tipo de administração, nenhum é igual. Isso é bom também para você sentir como experiência. Uma das coisas do poder público é justamente a ação de continuidade. Então Secretarias com esta, um trabalho bom, ou até a avaliação para melhorar o que está

*Anexo de Estudos de Impacto -
Pesquisa sobre a Mulher
NEGUEMIUFU*

ruim, as vezes até corta projetos excelentes. Então isto eu acho que é uma coisa que deveria ser olhada e ter projeto de lei para que isto não acontecesse. Inclusive gastos de dinheiro. Recursos desnecessários. Quando você pára com um projeto... não sei...”¹⁷

As dificuldades encontradas pela Secretaria quando da reforma administrativa, foram provocadas por questões político-partidárias. Este foi um ponto comum encontrado entre os depoimentos, quando estas resistências atrasaram as ações profissionais.

Na gestão 1989 a 1992 de Virgílio Galassi, três foram as Secretarias ocupadas por mulheres, em um total de dez. Terezinha Ribeiro Magalhães volta a ocupar uma Secretaria, desta vez a já emancipada Secretaria de Cultura. Sua estrutura administrativa constava da Divisão de Patrimônio Histórico; Divisão de Cultura; Divisão Técnica; Biblioteca Municipal; Divisão Administrativa; Casa da Cultura; Teatros Municipais; Banda Municipal; Centro Cultural Itinerante.

Cada uma dessas divisões desenvolveu, dentro do que era de sua competência, um trabalho no sentido de valorizar a cultura local e possibilitar o acesso da população às mais diversas manifestações culturais. Esta valorização ocorreu com o apoio e incentivo às diversas formas de produção cultural, artística, científica e tecnológica, adotando incentivos fiscais para empresas privadas que contribuíssem para a produção artística e para a preservação do patrimônio histórico do município. Os projetos que tiveram benefícios foram: Noites de Seresta; Projeto Circo; o Museu de Ofícios; a Casa das Oficinas e o Projeto Vídeo-Música.

Foi lançado um jornal informativo nesta gestão para facilitar a divulgação, assim como, foi muito rica a utilização de todo material impresso, como os inúmeros cartazes, folders, convites.

¹⁷ Entrevista com Terezinha Magalhães, realizada em março de 1999.

Em agosto de 1989, a Secretaria promoveu o concurso fotográfico “150 Anos de Fotografia” quando ocorreu a visita do adido cultural da embaixada da França, MM. Gilles Germain, em conferência pela comemoração ao bicentenário da Revolução Francesa.

Houve ainda no segundo semestre de 89 a mostra de música “A Música em Uberlândia – o Resgate de um Tempo” e ainda o III Festival de Dança do Triângulo.

Em 1990 foi promovida a Semana Cultural Chinesa com exposições de fotografias, pintura, obras e objetos, aquarelas, cerâmicas, porcelanas e filatelia, culminando ao final desta, na visita da delegação da embaixada da China em intercâmbio cultural.

No ano de 1991 foram inaugurados o Teatro Vera Cruz; a galeria de arte da concha acústica e a Galeria Ido Finotti. Foi promovida a exposição “Semana Santa”, com pinturas a óleo, aquarelas e acrílicos. Com o Projeto “Vamos Todos ao Teatro”, houve grande incentivo aos grupos cênicos locais.

As atividades de 1992 iniciaram com o incentivo às escolas de samba com a gravação dos sambas-enredo e o desfile de rua. Foi realizado o primeiro concurso de bandas que constou do projeto “Pra ver a Banda Passar”. Em consequência, a Banda Municipal foi transformada em sinfônica.

Aconteceu o “Oktoberfest em Uberlândia” e o bicentenário de Tiradentes foi comemorado dentro do projeto “Liberdade e Cidadania- Tiradentes Vivo”.

A Secretaria de Cultura firmou convênio com o Conservatório Estadual para realização do projeto “Concertos Populares” e ainda promoveu o VI festival de Dança do Triângulo.

Com todas estas atividades em seu currículo, Terezinha Magalhães pondera a respeito da disponibilidade para ocupar cargos de destaque diante da multiplicidade de papéis que a mulher desempenha:

*"Para a mulher ocupar mais cargos a mulher tem de se dispor. Dentro das escalas de valores da mulher nem sempre os altos cargos é a aspiração da mulher. Porque quando ela quer, ela consegue. Porque a mulher tem uma determinação, nessa caso a mulher difere do homem porque ela tem determinação, ela tem uma força muito grande então ela é realmente determinada a obter o programado. Ou dentro das escalas de valores, porque ao ocupar altos cargos, elas tem grandes problemas, porque nenhuma executiva deixa de ser mãe, esposa, mulher. E essa tarefa é árdua. As vezes em cargos não tão altos, ela se faz mais presente junto à família. Eu tenho observado que há um repensar nesta prática hoje, porque nós precisamos salvar a família. E a salvação da família está nas mãos da mulher. A salvação dos filhos, a salvação da família como um todo ajuste social. Esse ajuste social é muito importante. As vezes a mulher com seu repensar e no seu avaliar a sua escala de valores ela opta pela família, que está em primeiro plano na sua formação interior, dada a sua missão específica aqui na terra de ser mãe."*¹⁸

Uma secretária que ocupou duas Secretarias distintas em Uberlândia foi Creusa Resende, que chefiou a Secretaria de Habitação e Meio Ambiente, ao final da gestão de Virgílio Galassi, em 92 e a Secretaria de Cultura durante toda a gestão de Paulo Ferola, de 1993 a 1996.

Creusa começou a trabalhar como professora de 5ª série em uma escola que ajudou a criar junto a outros professores da Escola Estadual de Uberlândia, em 1965, onde lecionou para cumprir o estágio do curso de Letras da Universidade Federal de Uberlândia. Em seguida deu classes no Museu e coordenou o curso profissionalizante da Escola Técnica de 1º e 2º graus Renée Gianette.

Iniciou seu trabalho na administração municipal realmente em 1971/72, no Departamento de Educação e Cultura, onde exerceu um pouco de tudo, pois além de educação e cultura, incluía o trabalho com esporte e lazer. Assim, quando assumiu a Secretaria de Cultura, já tinha uma bagagem, ao substituir a professora Sônia Vieira, na

¹⁸ Entrevista com Terezinha Magalhães, realizada em março de 1999.

Secretaria de Educação. Nesta ocasião, Creusa foi emprestada para a prefeitura de Uberlândia, cedida pela escola Renée Gianette.

Ao dar continuidade aos inúmeros projetos iniciados por Sônia Vieira, Creusa tomou o gosto pela possibilidade de fazer ampliações nas escolas rurais, quando de um total de 14 passaram para 40 escolas. Foi responsável pela criação de escolas de 2º grau nos distritos de Martinésia, Tapuirama e Cruzeiro dos Peixotos; pela participação na Associação dos Municípios e Estados _AME; pela ampliação feita na Biblioteca Municipal, dentre outras coisas. Creusa trabalhou neste período com grupos de teatro bastante atuantes que recebiam apoio da Secretaria de Educação. Esta experiência a capacitou para exercer com êxito a chefia da Secretaria de Cultura, em 1993.

Nos anos 80, trabalhando dentro da pró-reitoria acadêmica junto ao reitor Ataulfo Martins, na ocasião seu esposo, como Diretora de Ensino da Universidade Federal de Uberlândia, atuou em projetos de extensão universitária e auxiliou na construção da Escola de Educação Básica -ESEBA.

Em 84/85 deixou a parte administrativa da Universidade e continuou com as aulas de Língua Estrangeira-o francês, nesta mesma instituição, quando conciliava as duas funções. No dia 1º de maio de 1992, foi convidada por Paulo Ferola, Virgílio Galassi e Niza Luz para coordenar um trabalho no centro de bairro Planalto, que havia sido construído para formação de mão-de-obra especializada, voltado para o empresário e abrindo mercado de trabalho para a população do bairro. Assumiu este projeto logo após se aposentar pela Universidade, e, em julho, foi convidada a assumir a Secretaria de Habitação e Meio Ambiente. A secretária esclarece sobre sua função política, neste período:

“Eu acredito que me convidaram naquele período de 92 justamente por ter dinamismo ou para tapar buraco, para terminar uma administração bem, porque haveria uma campanha política depois. Não era uma Secretaria que podia ser deixada, mas quando eu fui colocada ali, já estava

determinado, hoje eu tenho certeza que à muito tempo, talvez até os quatro de administração do Sr. Paulo já tivesse determinado o caminhar de 96. Hoje eu tenho certeza de que só se eu fizesse um trabalho muito diferente para que as coisas mudassem. Parece que ... as coisas não me chegavam ... as coisas não chegavam até a gente ... eu não sei se é a mulher ou se é a Creusa mesmo. A parte política não me chegava. Eu era uma trabalhadora. Eu não era uma política da equipe.”¹⁹

Neste curto espaço de tempo, procurou dar sequência natural aos projetos em andamento, implementando a ação da Fundação Municipal de Habitação Popular-FUMHAP e buscou dar mais apoio às atividades do meio ambiente.

A Secretaria estava dividida em: Divisão de Habitação Popular, Divisão de Conservação e Preservação do Meio Ambiente e Divisão de Arborização e Preservação Ecológica. Neste cargo, Creusa necessitou responder às contingências sociais de Uberlândia, que refletia o contexto mais amplo de crise e recessão sócio-econômica, especialmente com o aumento do contingente de mão-de-obra não qualificada, o alto índice de desempregados, desabrigados e o volume de infrações sociais. Para responder a esta situação, privilegiou as questões habitacionais em detrimento das ações relativas ao meio ambiente.

Uma dificuldade que Creusa enfrentou, foi a ação híbrida Secretaria/EMCOP confundindo-se na prática funcionários e objetivos, já que o específico da EMCOP era a execução de uma política habitacional, porém, o que vinha acontecendo na Secretaria, não era propriamente um processo de integração com a EMCOP, mas ingerência de papéis de um sobre o outro. Assim declarou Creusa sobre o assunto:

“Eu já entrei em campo delimitado, porque quando eles me empossaram, eles já tinham empossado uma outra pessoa para a área dela. Era a EMCOP que cuidava das construções de casas, mas ao mesmo tempo eles queriam que eu assinasse por ela. Então eu tive que tomar posturas enérgicas também aí nesse sentido. Que

¹⁹ Entrevista com Creusa Resende, realizada em 14/12/98.

eu não assinaria por ela. Eu não poderia assinar por aquilo que eu não militasse profundamente.”²⁰

A secretária coloca sua impressão a respeito da secretaria que ocupou pelo período de seis meses:

“...ela para mim é uma secretaria muito pequena. Em proporções, ela é cerceada.”

Talvez, por posteriormente, ter tido a oportunidade de despontar na Secretaria de Cultura, quando esteve durante toda a gestão seguinte, com um candidato também do Movimento Democrático de Uberlândia _MDU, é que Creusa tenha uma visão da pouca área de atuação de um(a) Secretário(a) de Habitação e Meio Ambiente. Achava que esta secretaria poderia se expandir pelas várias áreas. A Secretária não pôde continuar nesta pasta na gestão vindoura, embora tenha ficado empolgada com o trabalho, mesmo fora da área que sempre havia atuado. Esta pasta, após a sua gestão, foi reconhecida como um filão eleitoral:

*“Acredito que arrumei muito voto para o Sr. Virgílio nesta última administração, apesar de tudo que dizem, acredito que fui importante na eleição do Sr. Paulo Ferola, na Cultura, na administração do Sr. Virgílio. Eu acredito que um pouco desses votos que o Zaire perdeu, não quero ser pretensiosa nem nada, mas eu tenho convicção que muita gente da Cultura votou na Creusa, votando no Virgílio Galassi.”*²¹

Creusa iniciou seu trabalho na Secretaria de Cultura diagnosticando, em entrevistas, todas as áreas que a compunha e em cima disto, foi feito um projeto exequível. Conseguiu recursos junto ao Fundo Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura e inaugurou a Oficina Cultural. Em menos de um ano tinha 153 professores oficineiros. No mesmo espaço aconteceu o Festival de Dança, a primeira bienal reunindo artes plásticas e artes cênicas, cinema, além de duas feiras de livros.

²⁰ Entrevista com Creusa Resende, realizada em 14/12/98.

²¹ Idem.

*Núcleo de Estudos de Cultura e
Pesquisa sobre a Mulher
NEGUEMIUFU*

Creusa acredita que a Oficina Cultural foi o dinamo propulsor da cultura local até mesmo para toda região. Quanto ao respaldo familiar e sobre suas tendências políticas, argumenta:

“Se eu não tivesse o apoio familiar, as origens do Toninho Resende, a idoneidade que tinha, talvez eles não me deixassem chegar até onde cheguei. Então eu me sentia muito forte para chegar nas posturas que eu tomava....o que eu tenho de convicção partidária, é o P.S.D., partido que ficou marcado, que conheci em minha adolescência, do meu pai. Fora aquilo, nada me valia. Depois que separaram P.S.D. e U.D.N., nunca achei que mais nenhum partido valesse. Então eu nunca me filiei a partido.”²²

Sobre a família da mulher com carreira na administração pública, Creusa destaca re os apoios e cargas que acumulou nestes anos todos:

“É muito trabalhoso você conquistar esse espaço seu para você andar leve e solta, como você era na adolescência, a partir de cargos que você ocupa, quando você começa a ter posições de destaque. Eu as achei difícil, mas não que isto me desse temor. Eu fiz, mas é complicado para a mulher...A mulher ainda não conseguiu se impor prá valer. ...ela vai lidar com muita dificuldade, que é justamente saber conciliar, saber mostrar que ela é mulher geneticamente, biologicamente e que ela tem a força que o homem acha que é só dele. Ela tem a força, o raciocínio, tranquilidade. É difícil ainda. Eu acho que a mulher ainda está naquela de achar que tem de ser paparicada, ela ainda não aceita os desafios tão grandes como o homem aceita. ... Então eu sinto que tem sido muito difícil para nós mulheres nos posicionarmos. Hoje eu me sinto muito respeitada. Aliás, acho que consegui me fazer respeitada o tempo todo, mas isto foi muito caro, muito oneroso, porque você deixa de ganhar por um ideal. Deixa de cuidar de seus interesses particulares, e outro, os da própria família, para atender os interesses da comunidade.”²³

Uma terceira força feminina na gestão de Paulo Ferola, foi o trabalho interino de Sebastiana Silveira Pinto, junto à Secretaria de Educação, de 03 de setembro de 1996 a 30 de dezembro do mesmo ano. Embora em gestão interina, a Secretária não podia deixar de ser citada, pois a mesma foi efetivamente empossada no cargo. Assumiu a Secretaria de

²² Entrevista com Creusa Resende, realizada em 14/12/98.

²³ Idem.

Educação em um período de transição política, quando não havia tempo hábil para mudanças.

Apesar dos limites de atuação, Sebastiana conseguiu a reorganização do Estatuto para o magistério, lei 120/95, inclusive como assessora, participou ativamente das discussões. As inaugurações das Escolas Municipais Dr. Jacy de Assis e de Educação Infantil Maria Pacheco Rezende, ocorreram durante seu mandato. Possibilitou a criação das caixas escolares municipais e implantou o serviço de inspeção escolar com profissionais concursados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das questões que envolve a produção de conhecimento histórico, ao se propor à abertura de novos temas, é o processo contínuo de interação entre o(a) historiador(a) e os documentos. E, esse diálogo pode não ser a tarefa mais fácil para o pesquisador.

Entre os documentos, já existe uma avaliação intrínseca ao próprio documento, e, uma prova disto, é o fato de já estarem pré-dispostos ao(a) historiador(a). No momento que o documento é selecionado, a postura política e a capacidade crítica do(a) historiador(a) devem ser vigiadas, e esta foi uma preocupação constante durante o decorrer desta pesquisa.

A documentação relativa às Secretarias foi gentilmente colocada à disposição nos diversos setores, exceto, a de Educação.

Resgatar a História das Mulheres no poder Municipal de Uberlândia, permitiu contribuir com a historiografia local, a partir do momento em que as realizações destas personagens ganharam visibilidade e conhecimento.

Evidenciar a capacidade feminina nas Secretarias Municipais, poderá auxiliar na ampliação do raio de ação das mulheres na política local e, com certeza, desmistificar estereótipos já cristalizados, tanto pelo sexo masculino, quanto feminino, de que a atividade política é incompatível com o “sexo frágil”.

Procurou-se fazer uma análise da ideologia de dominação e dos valores que cercam o feminino e a sua inserção nos momentos da História das Secretarias Municipais de Uberlândia.

O poder local tem a peculiaridade de colocar frente a frente o(a) administrador(a) público(a) e a população, onde é vigiado(a) pela população diretamente.

No caso das Secretárias, observou-se uma interação entre elas e a população, que desenvolve expectativas sobre a atuação dessas chefes do executivo local. A visibilidade da pessoa e de suas linhas de ação foram analisadas por duas perspectivas: a partidária e a de gênero. No caso das secretárias do município, ao lado da avaliação política, avalia-se também sua ação pelo fato de ser mulher, conforme constatou Niza:

“Já coloquei inclusive, que na questão política, a mulher, vamos falar, para ser prefeita ela tem que provar que tem condições, que é tão boa quanto o homem. Muita coisa ela tem que provar. E o homem não, qualquer um que se disponha hoje, a ser candidato, ele é candidato, ele pode estourar nos votos, ou não, dependendo do dinheiro que ele tenha ou do tipo, do dom, da fala e tudo. Isso você pode reparar em qualquer lugar. Agora, a mulher tem muito mais dificuldade.... Agora, a mulher tem que ir à luta e deixar de ter medo, porque nós temos muito medo ainda de assumir muita coisa, o medo da responsabilidade, essa questão da mulher é muito mais vigiada, como é que a sociedade vê a mulher nos pontos altos ...Ela às vezes deixa de aceitar alguns cargos, ou por insegurança, medo de não saber... toda a mulher que é preparada nas áreas em que ela pode atuar, eu acho que ela tem condições de atender, igualmente à um homem, em qualquer setor.”²⁴²⁵

Durante as entrevistas realizadas, a entrevistadora pode vislumbrar um mundo de extrema competência que cercava estas mulheres fortes e destemidas. Pode perceber que às mulheres basta lhes dar espaço para que despontem e se firmem com propriedade. É claro que elas têm que querer, ter vontade de participar do mundo político. Têm que carregar uma carga de funções exacerbadas, e isto as tornam ainda mais vigorosas e determinadas. Por outro lado, as mulheres indicadas para as secretarias mencionadas, têm sua origem na classe média alta, com formação profissional adequada. Contaram com o respaldo familiar, ao abrir o mercado de trabalho em órgãos oficiais, o que lhes possibilitou

o enfrentamento de impasses e pressões. Oriundas de famílias influentes, puderam tecer uma rede de relações, onde, muitos de seus projetos tiveram guarida e saíram vitoriosos.

Outro fato, é que estas mulheres tiveram uma vida profissional rica e árdua em desafios. Esta formação anterior contribuiu para um desempenho eficaz nos cargos de comando. Também já se encontravam em um momento de suas vidas com filhos(as) já “criados(as)” o que permitiu uma maior dedicação à atividade pública. Maturadas pela experiência e pela dedicação, contribuíram enormemente para fazer avançar os espaços de atuação da mulher uberlandense.

O que foi visto, foram mulheres que enfrentaram um mundo de decisões e que conseqüentemente, colheram realizações. Mulheres que foram atrás do que acreditavam. Profissionais lutando por alcançar o bem público, acima de qualquer diferença de crença, religião, cor ou raça. Muitas vezes, num trabalho de toda uma vida que vinha num crescente, para colher com glória os bons serviços prestados à comunidade.

Apesar da discriminação no meio político, porque a diferença entre os sexos ainda persiste nesta seara, as mulheres que se dedicaram a executar os serviços do município, se sentiram realizadas, conforme ficou constatado nas entrevistas.

Esta pesquisa não seria completa sem citar nomes de grandes contribuidoras da administração municipal, que somente não estiveram presentes na pesquisa, por causa da nomenclatura dada aos órgãos ligados diretamente ao prefeito. Conforme a estrutura orgânica do município, algumas mulheres ocuparam cargos mais próximos ao chefe do município.

Corália Rio Sales foi admitida como funcionária municipal em 1969 e esteve no cargo de Diretora do Departamento de Educação e Cultura, de 1º de fevereiro de 1973

²⁵ Entrevista com Niza Luz, realizada em dezembro de 1998.

a 31 de dezembro de 1974 e como Diretora do Departamento de Educação e Assistência Social, nos anos de 1975 a 1977. Em seguida, Maria Lúcia Porto Rodrigues da Cunha assumiu esta mesma direção. À frente do Departamento de Patrimônio Histórico, desde a sua criação, esteve Lúcia Knychala. Carmem Silva Vieira foi Secretária de Administração Interina, Assessora Especial de Administração e Diretora Superintendente do Instituto de Previdência Municipal_IPREMU. Luci Marques Pareira foi Chefe de Gabinete do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia. Helena de Lima foi tesoureira e Maria Helena Queiroz foi Diretora de Contabilidade.

Estas mulheres, entre outras, tiveram suas vidas entrelaçadas com a vida pública do município. São muitas as que doaram suas existências às causas da comunidade.

ANEXO I



Yolanda de Lima



Niza Luz



Terezinha Magalhães



Creusa Resende

ANEXO II



Lima de Lima –Inauguração Biblioteca Municipal- Gestão Zaire-1983/88

Atas do Conselho de Câmara
Delegado sobre a situação
NEGUEMI/UFU

ANEXO III



Terezinha e Virgílio Galassi - Reunião de gabinete –1994.

ANEXO IV



Entrega de prêmio- Carnaval/94, por Terezinha Magalhães

ANEXO V



Terezinha e Virgílio Galassi – Projeto Semana Chinesa –1994.

ANEXO VI

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UBERLÂNDIA - 1977/1996

Nome	Duração do cargo	Prefeito/ Partido	Estado Civil	Idade ao ser nomeada	Profissão	Nº de filhos
<u>Maria José</u>	Finanças 01.02.77 a 21.12.77 Fazenda 01.11.78 a 30.01.83	Renato (PDS) Virgílio (MDU)	Solteira	52	Funcionária pública municipal	0
<u>Yolanda</u>	Cultura 01.02.84 a 31.12.88	Zaire (PMDB)	Viúva	45	Professora	0
<u>Terezinha</u>	Ed. e Cultura 18.12.80 a 30.01.83 Cultura 02.01.89 a 31.12.92	Virgílio (MDU) Ferola (MDU)	Casada	42	Professora	4
<u>Creusa</u>	Hab. e Meio Ambiente 03.07.92 a 31.12.92 Cultura 01.01.93 a 30.12.96	Virgílio (MDU) Ferola	Divorciada	45	Professora	3
<u>Niza</u>	Trab. e Ação Social 01.02.84 a 20.06.88 03.10.91 a 31.12.92 01.01.93 a 31.03.96	Zaire (PMDB) Virgílio (MDU) Ferola (MDU)	Viúva	42	Assistente Social	5
<u>Sebastiana</u>	Educação 03.07.96 a 30.12.96	Ferola (MDU)	Casada	54	Professora	3

OBS.: O Partido MDU era a coligação do PTB, PPB e PFL..

LEI 4.289 de 23.12.85 SEC. M. de FAZENDA
SEC. M. de INDÚSTRIA COMÉRCIO e TURISMO
SEC. M. de OBRAS
SEC. M. de MEIO AMBIENTE
SEC. M. de AGRICULTURA e FOMENTO
INDUSTRIAL
SEC. M. de SERVIÇOS URBANOS
SEC. M. de EDUCAÇÃO
SEC. M. de CULTURA
SEC. M. de TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Lei 44.70 de 30.12.86 SEC. M. de PLANEJAMENTO
SEC. M. de FAZENDA
SEC. M. de INDÚSTRIA COMÉRCIO e TURISMO
SEC. M. de OBRAS
SEC. M. de MEIO AMBIENTE
SEC. M. de AGRICULTURA INDÚSTRIA e
COMÉRCIO
SEC. M. de SERVIÇOS URBANOS
SEC. M. de EDUCAÇÃO
SEC. M. de CULTURA
SEC. M. de TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia Feminina: A luta da mulher pelo voto no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980.
- BIERSACK, Aletta. "Saber Local, História Local: Geertz e Além". In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp.95 a 130.
- BRISOLLA, Sandra Negraes. "Formas de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho- O caso do Brasil", 1982, mimeo
- BURKE, Peter(Org.). *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. "A Operação Histórica". In: LE GOFF, J.& NORA, P. (orgs.). *História: novos problemas*. 2ª ed., R.J., Francisco Alves, 1971, p.17 a 48.
- DIAS, Maria Odila da Silva. "Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano". In: *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, pp.39 a 53.
- FLAX, Jane. *Pós-Modernismo e Relações de Gênero*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp.217 a 250.
- GOLDEBERG, Anette. "Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante", RJ.,FCS- UFRJ,1987, mimeo
- GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar*. Rio de Janeiro: Record,1997.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre(Dir.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990
- LEITE, Míriam L. "Fontes Históricas e Estilo Acadêmico". In: *Estudos Feministas*. R.J., vol.1, nº1, 1993, pp.83ª 94.
- PERROT, Michelle. "Práticas da Memória Feminina". In: *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº18, 1989, pp.9 a 18.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. "Em busca da participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo nº 23/24, p. 77-90, set. 91/ago. 92.

RODRIGUES, Jane de F. Silva. "Os estudos sobre mulheres e a emergência de um novo campo do saber". In: *Boletim NEGUEM*. UFU, nº7/96.

_____. "Véu e sombra: elementos para uma memória feminina". In: *Boletim NEGUEM*. UFU, nº 94.

_____. "Perfis Femininos: Simbologia e Representação na Sociedade Uberlandense" 1920/1958. (Tese de Doutorado), USP, 1995, 418p.

SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In: *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, pp.63 a 95.

SOUZA-LOBO. "Homem e Mulher: imagens das ciências sociais". In: *A Classe Operária Tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp. 175 a 184.

TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema. *Mulher e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e Participação Política da Mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

VÁRIOS Autores. *Comportamento Eleitoral e Marketing Político: as novas prefeituras brasileiras*. São Paulo: Fundação Konrad- Adenauer- Stifung, 1997, nº30, 54 p.

VIEIRA, M. do Pilar e outros. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1997.